



**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora-Geral**

Processo n.º 938/00 (Volumes I, II e III e Anexos I e II)

Relator: Conselheiro Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Parecer n.º 0446/04 - MF

Ementa: Denúncia contida na Representação do Deputado Wasny Nakle de Roure sobre irregularidades praticadas pelo ex-Presidente da CPL da antiga FEDF. Conversão dos autos em Tomada de Contas Especial. Citação dos Responsáveis. Improcedência das razões de defesa. Multa. Declaração de inidoneidade de empresas licitantes. Improvimento de recursos apresentados pelos responsáveis. Notificação.

Retornam ao Ministério Público os autos que cuidam de Representação do Deputado Distrital Wasny Nakle de Roure, com denúncia acerca de atos praticados pelo ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL da extinta Fundação Educacional do Distrito Federal, Senhor Antônio Ferreira César.

2. Nesta oportunidade, examina-se o mérito de recursos interpostos por servidores aos quais o e. Tribunal decidiu aplicar multa por irregularidades verificadas na condução de procedimentos licitatórios, na modalidade de convite, consoante o item II da Decisão n.º 112/2003 (fls. 347/348):

II - aplicar ao primeiro responsável nominado no 5º parágrafo de fl. 342, multa no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), e aos demais no mesmo parágrafo, multa no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), pela irregular condução dos convites n.ºs 03/99 e 05/99, veiculadas nos Processos n.ºs 082.002.288/99 e 082.008.074/99, nos termos do art. 57, III, da Lei Complementar n.º 01/94.

3. Inconformados, os responsabilizados apelaram contra os termos da citada deliberação. A Senhora Anna Maria Dantas Antunes Villaboim interpôs Recurso de Reconsideração (fls. 393 a 396). A Senhora Maria da Guia Lima Cruz opôs Embargos de Declaração (fls. 397 a 400). Os Senhores Antônio Ferreira César, Achilles de Santana e Edson Manoel da Conceição, conjuntamente, interpuseram recurso inominado (fls. 409 a 428).



MPC/TCDF

Fl.: 445
Proc.: 938/00

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora-Geral**

4. Com o exame de sua alçada, o corpo técnico, na Informação de fls. 429 a 443, concluiu:

36. Em análise os méritos dos Recursos interpostos pelos Srs. Anna Maria Dantas Antunes Villaboim (fls.393/396), Maria da Guia Lima Cruz (fls. 397/399), Antônio Ferreira César, Achilles de Santana e Edson Manoel da Conceição (fls.409/427), em face da Decisão nº 112/03, prolatada por esta Corte de Contas.

37. Os argumentos oferecidos não trazem fatos novos, repetindo as mesmas alegações já refutadas anteriormente na fase da defesa. Ademais, pelo alto grau de semelhança com as razões de justificativa anteriormente apresentadas, podem indicar propósito de procrastinar o cumprimento da sanção imposta a cada um dos Recorrentes.

38. Em razão das conclusões expendidas na presente análise, opina-se por negar provimento às peças recursais em tela, mantendo-se, na íntegra, os termos da Decisão atacada.

39. Por oportuno, informamos que a Secretaria de Estado de Educação do Distrito federal, por meio do Ofício nº 1380/GAB-SE, datado de 27.11.2003, subscrito pela Sra. Maristela de Melo Neves (fl. 401), noticiou o cumprimento do determinado no item V da Decisão nº 112/03- TCDF (fl. 347).

40. Estes autos deverão retornar à Divisão de Acompanhamento da 2ª ICE para acompanhamento do item IV da Decisão nº 112/03-TCDF.

5. No entendimento deste órgão do Ministério Público, as ponderações e conclusões expendidas pelo corpo técnico, não carecem de reparos. De fato, as peças recursais não trazem a lume elementos novos de análise. O recurso oferecido pela Senhora Anna Maria Dantas Villaboim, que pode ser conhecido e examinado como se Pedido de Reexame fosse, enfatiza excerto de parecer deste órgão ministerial, segundo o qual teria considerado parcialmente procedentes suas razões de defesa. Assim, é oportuno ressaltar a consideração do órgão técnico acerca do argumento:

(...)causa estranheza o fato de a Recorrente querer eximir-se da sanção que lhe foi imposta, utilizando o argumento de que as suas razões de justificativa foram consideradas parcialmente procedentes. Ora, o que é parcialmente procedente, logicamente, também é parcialmente improcedente. Assim, é justamente esta última premissa, que encerra as irregularidades constatadas e não justificadas, que motivou a decisão da aplicação da multa à suplicante.



MPC/TCDF

Fl.: 445

Proc.: 938/00

Rubrica

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal
Gabinete da Procuradora-Geral**

6. Igualmente carente de arguições novas os Embargos de Declaração opostos pela Senhora Maria da Guia Lima Cruz, que o corpo técnico o enfrentou reportando-se exatamente às ponderações anteriores acerca das razões de justificativas da recorrente (fls. 237/238).

7. Da mesma forma procedeu o corpo técnico no enfrentamento do recurso inominado, ofertado conjuntamente pelos Senhores Antônio Ferreira César, Achilles de Santana e Edson Manoel da Conceição. Embora admitindo que o recurso pudesse ser conhecido e examinado o mérito como se Pedido de Reexame fosse, asseriu que os argumentos apresentados eram semelhantes às justificativas antes examinadas. Do cotejo, então, das razões de defesa antes apresentadas com as pretensamente novas, concluiu o órgão técnico:

Como se vê, as alegações ora apresentadas pelos Recorrentes não têm o condão de agregar fato novo, repisando os mesmos argumentos já exaustivamente discutidos nos autos, na fase da defesa, configurando a visível intenção de procrastinar o cumprimento das sanções que lhes foram imputadas, o que apenas vem onerando a celeridade e a economia processual, ensejando, desta forma, a negação do provimento.

8. Diante do exposto, em acordo com o diligente corpo técnico de apoio, opina o ministério público por que o e. Tribunal acolha as sugestões de fls. 442/443.

É o parecer.

Brasília, 24 de junho de 2004.

**Márcia Farias
Procuradora-Geral**